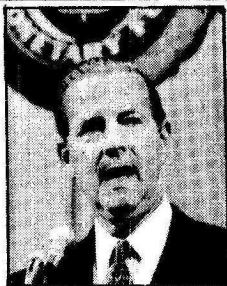


# Neste discurso de Baker, um recado para o Brasil?

O plenário da assembléia anual do FMI e do Banco Mundial parece agora nossa Câmara dos Deputados em período de campanha eleitoral: pouca gente para ouvir as declarações dos ministros de finanças, a não ser quando, como ontem de manhã, apareceu



o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker (foto), para fazer sua palestra. Foi ele, sem dúvida, a vedete do dia, embora não tivesse apresentado como no ano passado, em Seul, nenhum novo plano para resolver o problema da dívida externa do Terceiro Mundo.

Havia menos pessoas para ouvir o ministro de Economia e Finanças do Peru — o “enfant terrible” dos países endividados — Luís Alva Castro quando, no final de sua declaração, duas vezes mais extensa que a de James Baker, voltou a repetir o grito do presidente Garcia diante da Assembléia das Nações Unidas: “Deuda o vida”.

E preciso ler com grande atenção os discursos (22 somente ontem) para descobrir uma novidade, um ponto de vista original, um alerta e algumas decepções.

O discurso de James Baker foi duro para o Brasil pela ausência de citação entre os países endividados que estão fazendo uma política de ajustamento. Mencionou, entre os melhores alunos, a Bolívia e a Argentina, por sua luta contra a inflação; o México, por ter aceito as normas internacionais; a Colômbia por ter reduzido a interferência do governo na economia; a Turquia por ter reduzido as barreiras alfandegárias; o Equador por ter aberto suas portas ao capital estrangeiro. Para o Brasil, nenhuma menção honrosa.

Baker queixou-se dos países superavitários, como a República Federal da Alemanha e o Japão, que não compreenderam ainda que sua demanda interna deve superar o crescimento de seu PIB, fazendo eco às queixas do chanceler inglês, Geoffrey Howe, que criticou o Japão por ter uma economia demasiadamente orientada para a exportação.

O protecionismo foi outro assunto tratado pelo secretário norte-americano, que lem-

brou a atuação corajosa do presidente Reagan contra o protecionismo externo, lembrando todavia que existe um certo cansaço pelo fato de o protecionismo externo continuar com saúde muito boa. Finalmente, exaltou o esforço do governo de Washington para reduzir seu déficit o que, como lembrou o chanceler inglês, não interessa apenas aos EUA.

## Inflação mundial

O contraste do discurso do ministro peruano não podia ser maior. O Peru continua esperando uma reforma do sistema monetário e não aceita que um organismo como o FMI, criado para ajudar os países em desequilíbrio, não desempenhe suas funções. Luís Alva Castro lembrou também que os reembolsos da dívida ao BID e ao Banco Mundial representam 50% das transferências do Peru para o Exterior, enquanto pelos atrasos de pagamentos nada recebe destas instituições. Justificou assim a decisão de limitar a 10% do valor das exportações as remessas para o Exterior, o que certamente não favorece a boa vontade dos bancos de se engajarem em novos empréstimos. O chanceler foi um dos poucos a reconhecer que talvez a redução da inflação nos países industrializados seja de curta duração e que se deve essencialmente à queda dos preços do petróleo e das matérias-primas.

Coube ao ministro italiano lamentar que a reforma do sistema financeiro internacional não esteja mais na ordem do dia da Assembléia, renovando a intenção da Europa de contribuir para um aumento das cotas do FMI e do capital do Banco Mundial.

Um dos principais acontecimentos desta 41.ª Assembléia foi o acordo firmado entre os bancos comerciais e o México. Todavia, a alegria dos delegados mexicanos não parece refletir-se na fisionomia de numerosos banqueiros que circulam pelos corredores do Sheraton. Por quanto tempo, perguntam eles, estará resolvido o caso do México, quando se verifica que não haverá a necessária reforma na economia mundial? Qual será o próximo país a pedir US\$ 6 bilhões para continuar pagando juros de uma dívida crescente? Será que apenas se está adiando a hora da verdade? Ou seja, do momento de resolver o problema da dívida, através de uma acordo político, com a participação direta dos governos ricos e dos seus contribuintes? (R.A.)